



Anais da Assembléia

N.º 68

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Renato Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O art. 51 passa a ter o parágrafo seguinte:

“Parágrafo único Os Secretários de Estado farão declaração pública de bens, no ato da posse e no termo do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos estabelecidos no art. 9.º, II”.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

Apoiamto: Adalberto Daros, Gernote Kirinus, Edilson Alencar, Fiori Luiz, Nilso Sguarezi, Del Ciel, Renato Bernardi, Lineu Turra, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Darcy Deitos, Nilton Friedrich, Deni Schwartz, Augusto Carneiro, Nestor Baptista, Mário Celso, José Tavares, Romero Filho e Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

Os titulares de postos eletivos estão obrigados a fazer declaração pública de seus bens, de que constem a origem e as mutações patrimoniais, como condição para o registro eleitoral (VI, do art. 94, da Lei n.º 4737, de 15.7.65 - Código Eleitoral).

Ora, os Secretários de Estado são constitucionalmente responsáveis por seus atos próprios e nos conexos com o Governador. Por outro lado, desfrutam de um significativo poder decisório, com conteúdo econômico-financeiro de grande monta.

Como autoridades e administradores de valores públicos, devem estar ao alcance da saudável fiscalização dos contri-

buintes, representados por seus legítimos mandatários políticos, através da demonstração clara e pública do seu patrimônio, a partir do existente à época da posse até o termo da investidura.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Francisco Beltrão, um dos municípios incluídos entre aqueles de porte médio, pela sua posição privilegiada para a fixação do homem do interior em suas regiões, assume papel de destaque, notadamente no momento atual, quando, através do Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foi reconhecido o funcionamento dos cursos da FACIBEL — Fundação Faculdade de Ciências Humanas.

Medida que muito veio satisfazer os habitantes daquela progressista comunidade.

Todavia, encontra-se em vias de vencer o contrato de locação do imóvel, onde presentemente, encontra-se sediada após o período apurado de quatro anos.

Malgrado, os mais elevados sentimentos das irmãs educadoras daquela cidade, todavia o surgimento de outros cursos de nível médio, bem como, sobremaneira, a necessidade de maior espaço para sediar novos cursos daquela Faculdade, torna-se necessário nova sede.

A Prefeitura Municipal, diante da intenção de não se renovar o contrato com as proprietárias do imóvel, procedeu estudos objetivando a construção da sede própria da instituição.

Todavia, os recursos necessários ultrapassam em muito as disponibilidades do erário municipal, fazendo-se mister, recorrer a outras esferas de Governo, para que sejam colimados os fins.

Escoimado, sobretudo, nas intenções do Governo Federal e do Governo Estadual, os quais vêm estabelecendo planos, programas e recursos para aquelas áreas de ação prioritárias, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam encaminhados expedientes ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, Dr. Guilherme Braga Sobrinho, e ao Sr. Secretário da Educação, Professor Edson Machado, solicitando a participação dos seus respectivos órgãos na consecução de medidas destinadas à mencionada construção.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1979.

(a) TÚLIO ZANCHET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar pedido de instauração de sindicância no Grupo Escolar “GENERAL ANTÔNIO SAMPAIO”, de Ponta Grossa, em virtude das denúncias de irregularidades e desrespeito aos Direitos Humanos, conforme notícia a inclusa correspondência de um dos pais das crianças que estudam naquele estabelecimento escolar.

Que da decisão, comunique-se ao Ministério Público da Comarca de Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A carta endereçada por um dos pais de alunos do Grupo Escolar General Antônio Sampaio, dá conta de desrespeito aos Direitos Humanos e cometimento de irregularidades por parte

da direção e professores daquele estabelecimento. O pedido de instauração de sindicância tem como objetivo apurar a veracidade destas denúncias e, na comprovação das mesmas, acionar o cumprimento da lei, com a punição dos responsáveis, pois não é admissível que a Educação fique condicionada a processos desta natureza.

No documento que temos em mãos, com justificada indignação, encarece urgentes providências contra as arbitrariedades que vêm sendo perpetradas naquele estabelecimento de ensino da rede oficial do Estado, colocando em risco a saúde de seus alunos, ferindo os mais elementares direitos humanos, mormente agora em que se enceta em todos os quadrantes do mundo, a campanha do Ano Internacional da Criança.

Quanto à remessa da decisão ao Órgão do Ministério Público, justifica-se por ser o fiscal da lei pelo que deve estar informado dos fatos e atos que possam caracterizar ou tipificar infrações penais.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Euclides Scalco, Presidente do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Ao usar esta tribuna, venho imbuído do propósito de externar, em nome da população e das autoridades de Foz do Iguaçu e da região Oeste do Paraná, os agradecimentos especiais a diversas autoridades do Estado e da Nação, por um dos mais significativos acontecimentos que se registrou na passagem do sexagésimo quinto aniversário do Município de Foz.

Trata-se do Decreto n.º 83.558, do dia 07 p.p., assinado pelo Excelentíssimo Presidente da República, João Figueiredo, autorizando o funcionamento dos cursos superiores de Administração e de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu, cuja manutenção será exercida através da Fundação Educacional de Foz do Iguaçu.

Constituiu-se este decreto, em verdadeiro presente a Foz do Iguaçu, pois o mesmo foi entregue ao Sr. Prefeito Municipal na data do aniversário de Foz, pelo Dr. Guilherme Aragão, Secretário Geral do MEC, que se fez presente no município com o objetivo de prestigiar as solenidades de seu aniversário, e, em nome do Presidente João Figueiredo e do Ministro da Educação, Eduardo Portella, fez a entrega do Decreto.

A criação de uma Faculdade em Foz do Iguaçu, era uma reivindicação antiga da população e das autoridades, que a pleiteavam de há muito, objetivando evitar a saída de seus jovens para a Capital ou outros centros maiores em busca do aprimoramento de seus conhecimentos através de cursos superiores.

Não só Foz do Iguaçu ressentia-se com este problema, mas toda a região oeste, que agora se vê beneficiada com a criação da Faculdade de Foz do Iguaçu.

Portanto, Foz do Iguaçu e o Oeste do Paraná estão de parabéns. Parabéns por esta valiosa conquista, que sem dúvida nenhuma, será mais um dos elementos propulsores do pujante desenvolvimento da Região Oeste e particularmente do Município de Foz do Iguaçu, que hoje desponta nos mais diversos setores, a nível nacional e mesmo internacional, com o aumento vertiginoso do turismo em busca de suas belezas naturais, e agora, somando-se a estas, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, fatores estes que concorrem efetivamente para a afirmação econômica e política do município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos salientar a participação efetiva do Excelentíssimo Governador Ney Braga, que, através do Secretário da Educação, Dr. Edson Machado, agilizou a aprovação da Faculdade de Foz do Iguaçu, com o parecer

do Conselho de Educação Estadual, sempre buscando carrear benefícios para o Estado do Paraná.

Por outro lado, estendo os agradecimentos aos Ministros Costa Cavalcanti e Souza Aguiar, que também dispenderam esforços junto ao Governo Federal para que se efetivasse a criação dos cursos superiores no Município de Foz, dando marcas indiscutíveis de seus interesses no desenvolvimento da região.

Não poderíamos, nesta oportunidade, deixar de ressaltar o nome do Engenheiro Clóvis Cunha Vianna, Prefeito Municipal, que sem dúvida nenhuma é o maior responsável por esta conquista, reafirmando a sua capacidade de administrador e intérprete dos anseios da comunidade.

Graças a estas personalidades e à inquebrantável força do povo de Foz do Iguaçu, o Brasil e particularmente o Paraná, dá mais um passo em seu desenvolvimento educacional, pois mais vagas universitárias são assim abertas a esse grande contingente de população jovem, que necessita de mais escolas e mais cursos para o engrandecimento do nosso Brasil.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Um dos objetivos do atual Governo é o de criar condições de desenvolvimento em áreas de grande potencialidade sócio-econômico-cultural.

Diante do crescimento desenfreado das grandes cidades onde os indivíduos se angustiam e se deprimem por constituir massa humana sem individualidade, avolumado pela carência de áreas para um repouso compensador, dá margem a um justo desejo de desfrutar novas paisagens, atingindo as mais variadas camadas da sociedade à procura de locais de lazer que os recebam e os acolham bem.

O nosso Estado é prodigioso em belezas naturais e obras arquitetônicas que se traduzem se bem aproveitadas e canalizadas, na mais acessível fonte de recreação, de cultura, de enriquecimento espiritual e de descanso. Em face de suas potencialidades turísticas, as cidades de Antonina e Morretes recebem na atualidade um número reduzido de visitantes, que no entanto, diante das belezas e do patrimônio cultural lá encontrados, são receptivos a u’a maior incrementação neste setor.

Assim, as iniciativas que denotem melhor compreensão da importância econômica e social do turismo, devem ser apoiadas, pois contribuem para conferir-lhe um lugar de desenvolvimento na região.

Em projeto a ser implantado visando o reaproveitamento em termos racionais de ligação férrea entre os Municípios de Morretes e Antonina, a PARANATUR mostra que o ramal ferroviário de dezesseis quilômetros, ora desativado, pode no futuro se constituir em fonte de renda para aqueles tradicionais municípios.

Sabemos que o projeto elaborado pela Empresa Paranaense de Turismo visa fundamentalmente motivar novas correntes turísticas ao litoral, gerando novos empregos e facilidades à comunidade. Tal empreendimento visa ainda preservar para as gerações futuras a memória cultural e histórica da região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por ser hoje comemorado o Dia do Turista, fazemos essas rápidas considerações pelo tempo que o Pequeno Expediente nos permite, porque também temos a honra e a satisfação de representar nesta Casa, parcela ponderável do eleitorado de Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, de vez que é uma justa reivindicação de capelistas e morretenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, no encaminhamento de votação, quando de um requerimento do Deputado João Mansur, abordávamos o aspecto da pressa na entrega do Viaduto da Avenida das Torres.

Já havíamos abordado anteriormente este mesmo aspecto como também os reparos que acabaram acontecendo no Viaduto do Capanema.

Os jornais: dessa semana, trazem uma matéria que vem confirmar aquilo que temos afirmado aqui nesta Casa de Leis, de que na realidade, usou-se de muita pressa, no ano passado, principalmente na época de eleição. E os problemas estão aparecendo justamente neste 1979, com reparos e mais reparos acontecendo.

É um reparo no Viaduto do Uberaba, lá na Avenida das Torres, é a solicitação do Deputado para modificar o nome de uma curva bastante perigosa, que ninguém sabe porque acabou ficando na Avenida das Torres; é o Viaduto do Capanema com problema. E, me permito ler um trecho de uma reportagem publicada nesta semana. (Lê):

"O Velódromo Irineu Marinho, inaugurado no final da gestão do Prefeito Saul Raiz, está interditado. Técnicos da Federação Brasileira de Ciclismo, descobriram que a pista é inadequada para competições oficiais dessa modalidade esportiva. O Velódromo e outras obras do setor esportivo, foram construídas em tempo recorde de dois meses. A obra interditada em fevereiro último, foi construída com recursos da Empresa de Obras do Paraná - EMOPAR, repassados pela PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo e aprovados pela URBS - Empresa de Urbanização de Curitiba. Mas, os gastos, até o momento, não foram divulgados.

Os projetos do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, foram aprovados pela Confederação Brasileira de Desportos, e sua execução foi realizada pela firma paranaense Irmãos Thá. O atual Presidente do IPPUC, Carlos Eduardo Caneviva, informou que ainda não há data prevista para execução do projeto de correção da pista do Velódromo. As provas do Campeonato Brasileiro de Ciclismo deverão ser realizadas a partir do próximo mês de setembro.

Não importa quando será entregue a pista; não importam quando os reparos acabarão sendo feitos. Importa que foi inaugurado às pressas, foi construído no tempo recorde de dois meses e, mesmo antes de sua inauguração oficial, com a realização de provas, essa pista, Sr. Presidente, esse Velódromo, não pode ser usado porque não se encontra dentro daquilo que é exigido. Lamentavelmente, mais uma vez, é o dinheiro do povo que está sendo atirado pela janela; e vem confirmar aquilo que temos dito, lamentavelmente, este é um Governo que trabalha, sempre apressado, sempre impensadamente, e sempre com muita incompetência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Filho, inscrito.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Umuarama, tem merecido, nos últimos tempos, singular atenção e apreensão nacional, produto e somatória de desmandos múltiplos do ex-Prefeito João Cioni Neto. O alijamento da vida pública de Cioni foi, realmente, um remédio purgativo, depurante e diurético àquele combalido e espoliado município. A corrupção no seu desfecho, divulgado em letras garrafais pela imprensa, atinge e agride consciências honestas, em âmbito nacional, pela impunidade do corrupto Cioni. Umuarama, um dos municípios de maior desenvolvimento nos últimos vinte anos e situada no extremo Norte Novo do Estado do Paraná, quase sofreu o vexame de ser amparada por uma campanha beneficente e destinada a carrear recursos para a alimentação, vejam os Senhores! — Os funcionários daquela Prefeitura que se encontravam há mais de sete meses sem receber seus salários.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

A CPI encarregada das investigações nas irregularidades cometidas na gestão Cioni, terminou sua tarefa. Funcionaram como membros dessa CPI o jovem e competente advogado, Dr. Osmar José Serraglio e os incansáveis Senhores José Possenti e Edi Marinelli, além dos vereadores que nela tomaram parte. Foi um trabalho árduo e cansativo e que dependeu da dedicação e ombridade de seus membros durante vinte e quatro horas por dia. Não há porque não se elogiar a corajosa busca da verdade. Num laborioso trabalho desenvolvido ao longo de sessenta dias era esse o prazo regimental — os resultados dessa CPI, faz tremer CIONI e seus asseclas, faz estremece a comunidade nacional e faz ainda, ruir a mentira, trazendo a verdade na busca da valorização dos valores morais e éticos do homem que administrou o bem e a coisa públicas, ou sua conseqüente execração, produto de seus atos. A bem da verdade, essa CPI foi ameaçada por diversas vezes, não conseguindo, contudo, tais ameaças, esmorecer a busca de seu objetivo doa a quem doer! — A VERDADE. A novela Cioni, na apuração fartamente documentada e comprovada, envolve cerca de 1.000 laudas, que publicadas, estremeceariam qualquer pessoa dotada de racionalidade. A renúncia de Cioni, em 18 de março próximo passado, não o eximiu, nem eximirá de responsabilidade no desvio de verbas, em proveito próprio, de seus assessores e de seu filho Lúcio Cioni, hoje Deputado Federal e provavelmente aplicados na campanha daquele. Não se confunde imperfeição — o que é perdoável — com a lastimável e punível corrupção comprovada e documentada. O próprio Jesus, expulsou a chicotadas, os vendilhões do templo, o que deixa a impressão de ser um ótimo exemplo.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

O Fórum de Umuarama receberia, em data de ontem, o relatório dessa CPI, de 1.000 laudas, sobre as denúncias e comprovação de corrupção contra Cioni e seus principais assessores. Por razões misteriosas, contudo, tivemos conhecimento hoje, do adiamento dessa remessa à Justiça, do relatório, e de conchavos articulados, razão pela qual cobramos da Câmara Municipal de Umuarama urgência nessa remessa. Seria por demais longo enumerar o que foi apurado e, mais difícil ainda, resumir 1.000 páginas de roubos praticados contra a ordeira e laboriosa população umuaramense na catastrófica gestão de Cioni. Desvio de materiais, fretes irregulares, desvio de número público, calçadas não executadas, caso dos hidrômetros, jornal, notas frias, consertos e manutenção fantasmas, SERAUPA e TERPLENA e Retificadora Retimar, são alguns dos itens onde foram extraviados milhões e milhões de cruzeiros do município. Já salientava Rui Barbosa, "de tanto ver crescer o poder nas mãos dos maus — e completamos, impunes — o homem sente vergonha de ser honesto!" Foi dado nomes aos bois. Só falta, agora, colocá-los no curral!

FINALIZANDO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

A finalidade precípua da Justiça é a busca e formalização de provas, para a conseqüente aplicação de medidas corretoras e penais. Fartamente comprovadas e documentadas as corrupções Cioni, em 1.000 laudas. O povo umuaramense, o maior prejudado confia e espera que a justiça dê um exemplo que tenda a impedir o surto maléfico de corrupção, nesse caso tão vergonhoso, deplorável e de tão maus exemplos. O povo estará atento na tomada de posição, por parte da justiça, e repete dia a dia o chavão: QUEM CALA, CONSENTE! Desta tribuna, nesta Casa de Leis, fica o meu apelo de homem público, na defesa do bem comum: QUE A JUSTIÇA DA COMARCA DE UMUARAMA E DE NOSSO ESTADO, NÃO SE CALEM!"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta à Liderança do MDB se deseja fazer uso do seu horário — (Pausa). — (O Deputado Fiori Luiz usará do horário).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

OSR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Também esta Casa vem sendo bafejada pelos novos ventos do processo de reabertura diplomática.

Juntamente com o processo de reabertura democrática, as relações internacionais do Brasil vêm sendo reestudadas, em busca de nossos reais interesses no plano mundial.

Enquanto o governo do General Figueiredo procura curar o nosso pragmatismo responsável de algumas irresponsabilidades, e enquanto nossos médicos da economia buscam uma panacéia para o modelo econômico brasileiro, em São Paulo se reúne um fórum empresarial, apoiado pela OEA, para saber se podemos integrar melhor a América.

Ninguém se indagou até agora se os países que mandaram representantes a esse encontro continental são países democráticos, se têm campos de concentração, se a repressão política sufoca a voz popular. Nem tampouco se há algum acordo secreto entre governos ilegítimos para invadir territórios e seqüestrar cidadãos abrigados legalmente.

Ninguém se indagou porque não cabe, nas condições e realidades em que se efetiva o Fórum relacionar níveis de compromissos empresariais com os sistemas de governo.

O Brasil, recentemente, seguindo as pegadas da ONU e de muitos países no mundo — a maioria dos países desenvolvidos — admitiu uma representação da Organização de Libertação da Palestina.

E então se desencadeou um processo de agressões aos palestinos e a sua representação oficial no mundo. Uma bem orquestrada banda de música imperialista e sionista passou a protestar contra um ato governamental pragmático e de outro modo responsável. Um ato político mais coerente do que nossa atitude, por exemplo, em relação à África, onde nos tisnamos com o "apartheid", com interesses coloniais etc.

A banda de música colonialista, militarista e racista que se estabeleceu contra os palestinos e sua representação chegou a esta Casa, pela voz da ignorância histórica sofisticada. Porque não acreditamos que sejam apenas os tocadores de bumbo recrutados na última hora para compor uma sinfônica. Seria acreditar na má-fé e noutros interesses de nossos colegas diplomatas. Servindo a todos os governos que desencadearam um processo repressivo contra o povo brasileiro. Processo esse caracterizado pelo terrorismo que resultou em seqüestros, prisões e assassinatos sob o manto dos atos institucionais; as cassandras que aqui vêm chorar a democracia e os métodos democráticos nas relações sociais atacaram a OLP como se fosse um "bando sem lei nem princípios", e não a representação de milhões de árabes-palestinos expulsos de seus territórios, empurrados para fora de seus lares, para deixar a terra ao invasor que se implantou ali pela força das armas e sob a proteção dos imperialismos europeu e norte-americano.

As cassandras da democracia preocupada; as cassandras das relações diplomáticas ameaçadas pela violência, em seu próprio País, foram colaboradores da violência e da usurpação. Ao final estão sendo coerentes com suas posições anti-democráticas. Porém procuram mistificar a opinião pública.

Entretanto, por convicção, não acreditamos em pessoas irrecuperáveis. Em empedernidos oportunistas que representam o povo. Por isso, permito-me excitar o conhecimento dos novos diplomatas deste Legislativo sobre algumas questões que passo a ler.

Espero que, sem pretensão maior de nossa parte, essa ilustração desperte em nossos oradores inflamados o desejo da leitura, do estudo, da meditação. Para que não mais invistam em coisas sérias com leviandade; com afoiteza e desconhecimento. Salvo se por má-fé concreta, evidente.

Não mais como tocadores de bumbo recrutados na última hora, e sim como primeiro violino; quem sabe solistas na sinfônica do colonialismo, do sionismo agressivo e desmedido que julga já ter também conquistado os representantes

do povo brasileiro. E pensa manipulá-los nas suas escaladas diplomáticas pelo mundo.

Talvez estes pequenos "flashes" recoloquem a seriedade do debate parlamentar, ilustrando nossos doutos diplomatas em crescimento.

A vitória do Likud (coligação de direita) nas eleições israelenses, e a firme decisão de seu Líder Menahem Begin, de não aceitar nenhuma solução para o Oriente Médio, que não leve em conta o "direito" de Israel de estender suas fronteiras "do Mediterrâneo ao Jordão", provocou uma grande inquietação entre os países árabes e nos EUA. A inflexibilidade de Begin, considerado "terrorista" pelos árabes, que o conhecem dos tempos de Irgun, é vista por eles como uma ameaça aos esforços que vinham sendo realizados no sentido de convocar para este ano uma nova conferência de paz para o Oriente Médio, em que uma série de Conferência de parte a parte permitirá chegar a uma solução definitiva para o conflito que já dura trinta anos.

Ao persistir em sua política anexacionista, ignorando os direitos dos palestinos e o desenvolvimento da atuação internacional em favor de uma solução para a crise do Oriente Médio, o Likud ignora também o principal dilema que qualquer governo israelense terá que enfrentar daqui para frente: o de manter uma economia de guerra e ao mesmo tempo conter o descontentamento gerado por ela. É fácil ver que a sua intransigência longe de significar uma melhora nas condições de vida do povo de Israel, tendo na verdade a acentuar as desigualdades da sociedade israelense.

Se um Governo do Likud parece um endurecimento necessário para enfrentar as pressões externas, ele também significa uma possibilidade de deterioração nas relações com os EUA, que seria desastrosa para a economia israelense. Mesmo porque não oferece nenhuma solução econômica que liberte Israel do peso dos gastos militares, pelo contrário, caso persista em sua política, o Likud poderá estar oferecendo mais uma guerra ao povo judeu.

O retrato do atual Líder da maior força política de Israel, Menahem Begin, podia ser encontrado por volta de 1947, em todos os postos militares e comissariados da polícia da Palestina, na época sob mandato britânico. O chefe do Likud era procurado pelas autoridades inglesas por suas atividades terroristas frente ao movimento terrorista conhecido por Irgun. O Irgun lutava contra toda colaboração com os ingleses, contra quem tinha declarado guerra, contra os grupos armados árabes da região, e também contra o Haganah, exército judeu clandestino que com ela pretendia a constituição de Israel.

Begin aprendeu as táticas de luta, que empregou na Palestina, mais tarde, quando era membro (e depois chefe) do movimento sionista radical Betar, que era um grupo paramilitar, terminando na Checoslováquia e na Polônia. Begin nasceu em 1913, em Brest Litousk, (atualmente URSS) mas estudou e se formou em Direito pela Universidade de Varsóvia. Foi preso por sua militância política diversas vezes, pelas autoridades polonesas; durante a II Guerra Mundial, também foi preso pelas autoridades soviéticas, na Lituânia, e então mandado à Sibéria. Libertado em 1941, Begin recebeu autorização para se engajar no exército que, sob as ordens dos oficiais ingleses, desembarcou em 1942 na Palestina."

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Fiori Luiz, estamos assistindo

a este pronunciamento sério de V. Ex.^a, quando vemos as ingerências procurando esmagar o povo que apenas pede liberdade, quando vemos representantes de Cuba, representantes de Idi Amin e representantes de tantos lutadores assassinos a proliferarem por esta imensidão deste Universo. Por que não ter, em nosso País, representantes que querem apenas a liberdade, homens que muitas vezes procuram derramar o seu próprio sangue, para darem liberdade a um povo, este povo sofrido que é o povo da Palestina, que também tem direito ao sol, este povo que está sendo sufocado, está sendo esmagado por um im-

perialismo arquitetado no Universo, para que este povo não tenha vez!

Congratulo-me com V. Ex.^a não porque em minhas veias corra sangue árabe, mas por uma questão de princípio, por uma questão de defesa, uma questão de princípio cristão olhando o grande mártir da humanidade que foi Jesus Cristo que lutou também, e que àquela época também era chamado como está sendo chamado o povo palestino, de subversivo, povo que muitas vezes vai à guerrilha para salvar a sua Pátria, para lutar pelo seu povo e para dar um lugar ao sol a este povo sofrido! Não que isto me leve a ter rancor pelo povo sionista, não que com isto tenhamos rancor pelo povo judeu, do qual temos muitos amigos aqui no Brasil, mas, queremos que os radicalistas saibam que a voz de V. Ex.^a defendendo uma causa justa, encontrará eco nos homens de boa vontade e principalmente nos homens cristãos, que não querem outra coisa senão ver o seu povo, libertado. Muitas vezes uma causa justifica os meios. A única maneira que o povo palestino tem, é fazer guerrilha, para defender o seu torrão sagrado, para defender a terra onde nasceram os seus ancestrais, uma terra da qual, por domínio imperialista e por dinheiro das potências e das superpotências está sendo alijado. É neste momento que clamamos por justiça! Estamos inteiramente ao lado de V. Ex.^a neste pronunciamento, em gênero, número e causa, desejando que o Brasil tenha homens como V. Ex.^a, homens que tenham a coragem de vir a uma tribuna para defender um povo que muitas vezes é até considerado como fora da lei. Ele não pleiteia nada, esse povo palestino não quer invadir áreas, quer, apenas, um torrão de terra, quer apenas, Deputado Fiori Luiz, um lugar ao sol, apenas dar condições de sobrevivência àqueles homens que estão alijados do conserto do mundo cristão, do conserto do processo democrático. Mas graças a Deus existem homens do gabarito de V. Ex.^a, que, vem à tribuna sem medo, e aqui irá receber o nosso apoio e o apoio dos homens de boa vontade, o apoio de homens que nada mais desejam senão a tranquilidade e a paz, para viverem pacificamente e num torrão de terra que lhes pertence e que lhes fora usurpado.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço, nobre Deputado Gabriel Manoel, pela sua coragem, porque nós entendemos que no caso da instalação de um escritório da OLP em Brasília está existindo uma atmosfera, uma camada de medo, principalmente em muitos parlamentares deste País, e esta camada de medo, envolvendo, inclusive, muita gente.

São os pequenos sufocados pelos imperialistas; e é por eles que devemos lutar. Apoio incondicionalmente a abertura do escritório da OLP, em Brasília, como apoio a nobre causa dos Sandinistas na Nicarágua, contra o Poder Militar.

O Sr. Nelson Buffara — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado Fiori Luiz, declaro inicialmente que quanto mais o conheço, mais o admiro.

V. Ex.^a aborda um assunto de âmbito internacional, muito controvertido, muito polêmico. E, sinceramente tive a intenção de ir à tribuna hoje, após o pronunciamento de alguns parlamentares quer na Câmara Federal, quer na Assembléia Legislativa do nosso Estado, que se posicionam contrariamente à instalação de uma representação da OLP em território nacional.

Entendemos, Sr. Deputado Fiori Luiz que essa atribuição talvez não nos fosse dada, por pertencer mais à esfera do Ministério das Relações Exteriores.

Mas é um dever, é um direito sacrossanto, nós abrigarmos embaixadas de países, que pleiteiam por um mundo melhor; que reivindicam um solo seu, um solo pátrio para que possam abrigar todos os membros daquele País. E, num problema que é secular, como é essa divergência que cada vez aprofunda-se mais entre árabes e israelenses, porque nós não temos nada contra o povo israelense, pelo contrário; nós entendemos que ele também tem o seu País, formou o Estado de Israel e deve viver lá.

Mas sempre fomos contra a usurpação de terras; quem

usurpa terras não tem o direito de reivindicar coisa nenhuma. É um assalto, pode-se dizer, se naquela guerra de 67, quando eles entenderam que tinham que dominar o solo palestino, houve tempo de sobra para que eles devolvessem aos palestinos as terras que lhes pertenciam. E, no instante em que, nós estamos percebendo que existe uma reação, contra a instalação de uma representação palestina em Brasília, nós cumprimentamos V. Ex.^a que veio com bravura, com dignidade, com conhecimento de causa, defender um direito que nós entendemos ser legítimo; que nós entendemos que deva ter guarida aqui no Brasil, um País onde todo mundo convive em paz; onde todas as raças têm liberdade para expressar-se desta ou daquela maneira, para defender a sua causa.

E um País como o Brasil deve e tem condições de permitir que uma representação palestina exista em Brasília.

Entendo, Deputado Fiori Luiz que V. Ex.^a foi por demais feliz ao abordar este assunto. Não me atreveria a ir à tribuna no instante em que V. Ex.^a faz essa apologia, porque recairia a suspeição sobre minha pessoa, porque tenho origem árabe. pai e mãe árabes.

Mas V. Ex.^a sensibilizou-se. Não encontro palavras para expressar o meu profundo reconhecimento às palavras significativas que V. Ex.^a, neste instante, nos fez ouvir e eu orgulho-me de ser seu amigo, Deputado Fiori Luiz.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado pelos apartes dos Deputados Gabriel Manoel e Nelson Buffara e a credibilidade, também, dessas colocações e o mesmo pensamento do nosso Líder, Nilso Sguarezi.

Muito obrigado Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança da ARENA. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de Emenda à Constituição, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida. — Será publicada no Diário da Assembléia e em Avulso para distribuição aos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 42/79, que aprova Convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiaagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 46/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando operacionalização e execução dos Projetos "Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino" e Habilitação de Professores não Titulados - HAPRONT-PR. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 47/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 49/79, que aprova convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e o Go-

verno do Estado que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a implementação do zoneamento industrial das áreas críticas da poluição. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 48/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 54/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Guaraci, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando instauração de sindicância no Grupo Escolar "General Antônio Sampaio" de Ponta Grossa, em virtude das denúncias de irregularidades e desrespeito aos Direitos Humanos. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro a V. Ex.ª verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — **(Pausa)**. — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — **(Pausa)**.

16 Srs. Deputados aprovam; 1 Srs. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45/77, 99/77, 09/79, 54 e 58/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 02/77, 45/79, 46/79, 47/79, 48/79, 54/79, 55/79 e 56/79.

1.ª DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 164/77, 39/79, 52/79 e 68/79.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de junho de um mil e novecentos e setenta e nove (1979), na Sala das Comissões, reuniram-se os seguintes Senhores Deputados: PAULO CAMARGO, GILBERTO CARVALHO e RENATO LOURES BUENO, indicados pela Aliança Renovadora Nacional e DENI SCHWARTZ e NELTON FRIEDRICH, indicados pelo Movimento Democrático Brasileiro, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição; e na forma do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado PAULO CAMARGO, por ser o mais idoso, dando por instalada a Comissão. A seguir, por determinação do Senhor Presidente, realizou-se a eleição da Comissão, sendo indicado pelo Deputado DENI SCHWARTZ, o nome do Deputado PAULO CAMARGO, para a Presidência e NELTON FRIEDRICH, para a Vice-Presidência. Submetida pela presidência à votação os nomes indicados, foram aprovados por unanimidade. A seguir, o Deputado PAULO CAMARGO, investido na presidência efetiva da Comissão, agradeceu a deferência especial de seus nobres Pares e em seguida, após breve análise das proposições existentes, decidiu designar os Senhores Deputados para relatar, de acordo com a seguinte ordem: Proposição 67/79, Deputado Renato Loures Bueno; Proposição 61/79, Deputado Gilberto Carvalho; Proposições n.ºs 59 e 60/79, Deputado Deni Schwartz e Proposição 58/79, Deputado Nelton

Friedrich. Dando seqüência, o Senhor Presidente, comunicou que iria avocar a Proposição 66/79, de autoria do ex-Deputado Valter Pietrângelo, do MDB, em decorrência de ter expirado o prazo para sua apreciação, recomendando à Secretaria da Comissão, a elaboração do competente ofício para remessa à Mesa, para os devidos fins. Nada mais havendo a tratar na reunião, o Senhor Presidente, antes de encerrar os trabalhos, convocou os deputados-membros da Comissão, para uma reunião que será realizada terça-feira, dia 12 (doze) do corrente, às 17,00 horas, na Sala das Comissões, quando deverão ser apreciados e discutidos os pareceres das proposições. E para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Bel. Edouard Elias Thomé, Secretário designado e pelos demais membros da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

Edouard Elias Thomé — Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA REUNIÃO REALIZADA DIA 13 DE JUNHO DE 1979, DESTINADA À APRECIACÃO DOS PARECERES E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Aos treze dias do mês de junho do corrente ano, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Emenda à Constituição, na forma da convocação efetivada durante reunião de instalação, pelo Senhor Presidente Deputado PAULO CAMARGO, onde foram devidamente cientificados os Senhores Deputados Membros, para apresentarem os pareceres às proposições apresentadas. Com a presença de todos os relatores que apresentassem os pareceres dentro da seguinte ordem. Proposição n.º 67/79, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, sendo relator o Deputado RENATO BUENO; colocado em discussão e votação o parecer do Relator, favorável à proposição, foi aprovado por unanimidade; Proposição n.º 58/79, de autoria dos Deputados Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino, sendo relator o Deputado NELTON FRIEDRICH, colocado em discussão e posteriormente em votação o parecer apresentado, foi aprovado por unanimidade; Proposição n.º 59/79, de autoria dos Deputados Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino, que dá nova redação ao artigo 70 da Constituição Estadual, sendo relator o Deputado DENI SCHWARTZ, colocado em discussão e posteriormente em votação o parecer contrário à Emenda, foi aprovado por unanimidade; Proposição n.º 60/79, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que acresce mais um parágrafo ao artigo 107 da Constituição, sendo relator o Deputado DENI SCHWARTZ; colocado em discussão e posteriormente em votação o parecer favorável à proposição, foi aprovado por unanimidade; Proposição n.º 61/79, de autoria do Deputado Darcy Deitos, que dava nova redação ao artigo 76, com sub-emenda apresentada pelo Deputado Ivo Thomazoni, sendo relator o Deputado GILBERTO CARVALHO, colocado em discussão o parecer, após vários Deputados terem se manifestado sobre o mesmo, que era contrário à proposição, sobre o fundamento de sua inconstitucionalidade, foi aprovado por maioria de votos, sendo voto vencido o apresentado pelo Deputado Nelton Friedrich. A seguir, declarada livre a palavra e como ninguém mais quisesse fazer uso, o Senhor Presidente comunicou que na forma das disposições da Resolução 2/71, ia determinar a remessa das Proposições com os respectivos pareceres à Presidência da Casa, para os devidos fins. Em seguida o Senhor Presidente encerrou a reunião, declarando que estavam finalizados os trabalhos da Comissão Especial de Emenda à Constituição, do que para constar, eu, Bel. Edouard Elias Thomé, secretário designado, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada por todos os membros, vai devidamente assinada por mim e pelo Senhor Presidente, Deputado PAULO CAMARGO.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO -- Presidente

Edouard Elias Thomé — Secretário

Portarias

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 469/79

autorizar JACY CORREIA FERNANDES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Presidência, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 470/79

autorizar AZÉLIA DE LIMA BRANDINI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço de Assistência Judiciária, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 471/79

autorizar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento de Divulgação, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979:

HUGO MENDONÇA SANTANA

CARMEM CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE

PORTARIA N.º 472/79

autorizar BENEDITO DE LIMA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, no período compreendido entre 08 de junho a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 473/79

autorizar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979:

JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA

PEDRO DISSENHA

ENEDUAR FALEIRO PINTO NUNES

MARIA ANGÉLICA MOREIRA

GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA.

PORTARIA N.º 474/79

autorizar LÍRIO TONETTI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 475/79

antecipar para 04 de junho de 1.979, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária IVETE HENEQUEM DRANKA, matrícula n.º 155, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de

Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 476/79

designar AUREO GOMES DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado ERONDY SILVÉRIO, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 477/79

autorizar os funcionários abaixo relacionados, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Cerimonial, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO

LAUDICÉA RIERA DOS SANTOS

PORTARIA N.º 478/79

autorizar EDILTON TREVISAN, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento (16,67%) sobre seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço Médico, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de junho de 1.979

AUTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

DIRETOR GERAL

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 435/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE.

conceder a CELSO MARIANO DOS SANTOS, matrícula n.º 165, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 30 de janeiro de 1.978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 436/79

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n.º 484, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.978, que deixou de gozar;

II -- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n.º 6.174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 17 de setembro de 1974 e 17 de julho de 1.978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1.974, 1.975, 1.976 e 1.977, contadas em dobro.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 437/79

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de HONORINO LUIZ COLLA, matrícula n.º 505, ocupante

do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio compreendido entre 19 de setembro de 1962 e 19 de abril de 1972, antecipado em razão da contagem das férias dos anos de 1967, 1970 (15 dias) e 1971, contadas em dobro;

II -- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos da mesma fundamentação supra, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de abril de 1972 e 19 de fevereiro de 1976, antecipado em razão da incorporação supra e das férias de 1974, contadas em dobro, e,

III -- conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 02 de julho de 1977, data que, em razão das incorporações supra, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de mais quinze por cento (15%).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 438/79

I -- mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ZELMA LOPES WOJCIK, matrícula n.º 176, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, referente ao dobro das férias relativas aos anos de 1977 e 1978, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1975;

II -- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 27 de outubro de 1971 e 27 de agosto de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 439/79

I -- mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NOIR PACHECO, matrícula n.º 482, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II -- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 14 de abril de 1971 e 14 de abril de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1963,

1973 e 1974, contadas em dobro;

III -- conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 13 de dezembro de 1978, data que, em razão da incorporação retro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 440/79

I -- mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA ARANTES DE LIMA, matrícula n.º 216, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar;

II -- mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de Serviço Público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1972 e 07 de março de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 441/79

conceder a JOSÉ ANGELI, ora à disposição deste Poder, a função gratificada de motorista, símbolo 5-F, no Gabinete da 2.ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de abril a 31 de dezembro de 1979.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 11 de junho de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ -- Presidente
BASÍLIO ZANUSSO -- 2.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA -- 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 442/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAI FAIR PERINE, matrícula n.º 187, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 443/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LORIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula n.º 128, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de junho de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ -- Presidente
BASÍLIO ZANUSSO -- 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA -- 2.º Secretário